
Frentes de Trabalho podem ter financiado corrupção

O ex-secretário do Trabalho do município, Fernando Salgado, quer uma auditoria para conferir a aplicação dos R\$ 15 milhões que a prefeitura reservou, no ano passado, para criar as frentes de trabalho na cidade.

“Tenho motivos para acreditar que houve desvio”, afirmou Salgado que se demitiu quando o secretário de governo, Carlos Augusto Meinberg deixou de repassar as verbas destinadas ao programa de emergência.

As frentes de trabalho foram lançadas quando crescia o movimento pela deposição de Celso Pitta. Salgado foi chamado para implementá-las. Contudo, depois que os vereadores desistiram do processo de cassação do prefeito, a pasta do então secretário foi esvaziada.

“A prefeitura desistiu dos cursos de requalificação dos desempregados, que eram o coração do projeto” – afirmou o ex-secretário, à **Consultor Jurídico**, explicando que, em vez de contratar o Senai para a tarefa, Meinberg resolveu que os cursos seriam ministrados por funcionário da prefeitura “sem qualificação para o treinamento”.

Com a mudança de planos da prefeitura, Salgado deixou o cargo.

O processo de criação das frentes de trabalho se deu paralelamente aos trabalhos da CPI da Máfia da Propina. Nos momentos de maior desespero vividos no Palácio das Indústrias, sede da prefeitura paulistana, as discussões em torno dos preços para comprar votos de vereadores e impedir a deposição de Celso Pitta, no ano passado, vazavam pelos corredores.

Secretários com influência na Câmara e até os advogados de vereadores que estavam sendo acusados participavam das negociações.

Em uma das etapas da negociação entre o secretário de Governo, Carlos Augusto Meinberg e os vereadores paulistanos, o preço ventilado era de R\$ 80 mil por voto. Em outra, considerando que era preciso ter a fidelidade dos vereadores até o final do governo, discutiu-se uma “mesada” de R\$ 250 mil por partido. A verba seria repassada, mensalmente, ao líder de cada bancada que se encarregaria da divisão do dinheiro.

Enquanto isso, para conter a sua queda de popularidade, Pitta lançava projetos. Carlos Meinberg passou a administrar uma espécie de “fundo de contingência” formado com a retirada de verbas das secretarias municipais. Meinberg era quem decidia onde seria aplicado o dinheiro.

E orientou Salgado para “baratear” o projeto, foi quando começaram os atritos e a suspeita do então secretário de que recursos reservados para os desempregados teriam outra finalidade.

Revista **Consultor Jurídico**, 11 de março de 2000.

Date Created

11/03/2000